

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.591.405 - RS (2019/0289053-5)**

**RELATOR** : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**  
**AGRAVANTE** : OI S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL  
**ADVOGADOS** : PAULA MALTZ NAHON - RS051657  
GABRIEL DE FREITAS MELRO MAGADAN - RS044046  
CARLOS EDUARDO NETTO COSTA - RS075325  
JULIO CESAR KNORR DE OLIVEIRA - RS081775  
DÉBORA MARCELO ALEXANDRE - RS101112  
**AGRAVADO** : CELSO LUIZ VANELLI  
**AGRAVADO** : BOMBAS DIESEL VENANCIO AIRES LTDA ME  
**AGRAVADO** : MAGIA DECORACOES LTDA  
**AGRAVADO** : ROBERTO BOMFIM SCHIMIT  
**ADVOGADOS** : MOACIR LEOPOLDO HAESER - RS045143  
AUGUSTINHO GERVASIO GOTTEMS TELOKEN - RS028958

**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto por OI S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL contra decisão de inadmissibilidade do recurso especial fundamentado no art. 105, III, *a*, da Constituição Federal, em desafio a acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, assim ementado (fl. 849):

*"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. NOVO JULGAMENTO DO RECURSO, EM FACE DA DECISÃO EXARADA PELO STJ.*

*O valor do crédito objeto da fase de cumprimento de sentença foi bloqueado antes do deferimento da tutela de urgência do pedido de recuperação judicial da demandada, de modo que não há falar em extinção do feito, nem em ajuizamento de ação no juízo de recuperação judicial ou impossibilidade de expedição do alvará. EMBARGOS ACOLHIDOS. UNÂNIME."*

Em suas razões, a parte recorrente aponta violação dos arts. 49 e 59 da Lei n. 11.101/2005. Sustenta, em síntese, que "(...) *todos os eventuais créditos cujo fato gerador seja anterior a 20.6.2016, como ocorre neste caso, deverão ser pagos, após seu reconhecimento e liquidação por decisão transitada em julgado, na forma prevista no plano de recuperação judicial, devidamente aprovado pela assembleia de credores e homologado (...)*".

Contrarrazões apresentadas às fls. 944-955.

Inadmitido o recurso, foi interposto o presente agravo.

É o relatório. Decido.

Na hipótese em exame, aplica-se o Enunciado 3 do Plenário do STJ: "Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

Com efeito, ao apontar violação aos arts. 49 e 59 da Lei n. 11.101/2005, a recorrente sustenta que não pode ser levantado qualquer valor depositado a título de garantia de juízo nos casos em que a impugnação não transitou em julgado. Aduz, ainda, que todos os créditos com fato gerador anteriores ao deferimento da recuperação judicial foram novados. Por sua vez, o TJ-RS, com arrimo no acervo fático-probatório, assim dirimiu a controvérsia (fl. 851):

*"O caso dos autos envolve fase de cumprimento de sentença, em que já houve delimitação do valor da condenação – com a concordância da parte agravada quanto ao débito no montante de R\$ 3.080.888,07 (três milhões, oitenta mil, oitocentos e oitenta e oito reais e sete centavos), inclusive – conforme já destacado quando do julgamento do Agravo de Instrumento n.º 70075053694.*

*Logo, tem-se que inexistência de atos expropriatórios (perda patrimonial), porquanto garantido o feito por depósito (bloqueio online de valores). Além do mais, os valores que se pugna sejam liberados diz com parcela anterior a 21.06.2016. Logo, conforme a decisão liminar exarada no agravo de instrumento (n. 0034576-58.2016.8.19.0000, TJRJ), autoriza a expedição de alvará (...) de pagamento, se já houver valor depositado, antes da data anterior a decisão que deferiu a tutela de urgência (21/06/2016).*

*Portanto, diante da análise dos autos, resta evidenciado que já havia bloqueio judicial de valores desde meados de 2015.*

*Assim, tendo o bloqueio sido realizado antes da data que deferiu a tutela de urgência à ré, não há falar em extinção do feito (com base no Ofício Circular 42/2018), e inexistência óbice para a expedição do alvará."*

Nesse contexto, verifica-se que o acórdão recorrido concluiu que já havia bloqueio judicial desde meados de 2015, de modo que deve ser expedido alvará de pagamento. Assim, para se entender de forma diferente e acolher a pretensão recursal, seria

necessário o revolvimento de elementos fático-probatórios dos autos, o que atrai o óbice da Súmula 7 desta Corte.

No mesmo sentido:

*AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. BRASIL TELECOM.CONTRATO DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA. IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO DO ART. 1.022 DO CPC/2015. ART. 489 DO CPC/2015. CARÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO NÃO CONFIGURADA. LEVANTAMENTO DE VALORES. PREENCHIMENTO DE EXIGÊNCIAS LEGAIS. REEXAME. SÚMULA 7/STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL PREJUDICADO.AGRAVO IMPROVIDO.*

*1. Não há ofensa ao art. 1.022 do CPC/2015, porquanto o Tribunal de origem decidiu a matéria de forma fundamentada. O julgador não está obrigado a rebater, um a um, os argumentos invocados pelas partes, quando tiver encontrado motivação satisfatória para dirimir o litígio.*

*2. Verifica-se que o Tribunal estadual analisou todas as questões relevantes para a solução da lide, de forma fundamentada, não havendo que se falar em negativa de prestação jurisdicional.*

*3. A revisão das conclusões estaduais demandaria, necessariamente, o revolvimento do acervo fático-probatório dos autos, providência vedada na via estreita do recurso especial, ante o óbice disposto na Súmula 7/STJ.*

*4. Tendo o acórdão recorrido decidido em consonância com a jurisprudência desta Casa, incide, na hipótese, o enunciado n. 83 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça.*

*5. Agravo interno a que se nega provimento.*

*(AgInt no AREsp 1352131/RS, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 18/03/2019, DJe 22/03/2019)*

*AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL - AGRAVO DE INSTRUMENTO INTERPOSTO CONTRA DECISÃO QUE RECONHECEU A CONEXÃO - AÇÃO QUE DEMANDA QUANTIA ILÍQUIDA - AFASTAMENTO DA COMPETÊNCIA DO JUÍZO UNIVERSAL DA FALÊNCIA - DECISÃO QUE NEGOU SEGUIMENTO AO RECURSO ESPECIAL. INSURGÊNCIA DO AGRAVANTE/FALIDO.*

*1. A decretação da falência, a despeito de instaurar o juízo universal falimentar, não acarreta a suspensão nem a atração das ações que demandam quantia ilíquida: se elas já tinham sido ajuizadas antes, continuam tramitando no juízo onde foram*

*propostas; se forem ajuizadas depois, serão distribuídas normalmente segundo as regras gerais de competência. Em ambos os casos, as ações tramitarão no juízo respectivo até a eventual definição de crédito líquido.*

**2. Não é possível, em sede de recurso especial, rever a convicção das instâncias ordinárias acerca da existência ou inexistência de conexão, em razão do óbice do enunciado nº 7 da Súmula do STJ.**

**Precedentes.**

3. Agravo regimental desprovido. (AgRg no REsp 1.471.615/SP, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 16/9/2014, DJe 24/9/2014 - sem grifo no original)

Com essas considerações, conclui-se que o apelo não merece prosperar.

Diante do exposto, nos termos do art. 253, parágrafo único, II, a, do RISTJ, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se.

Brasília (DF), 19 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO  
Relator